Sumário

Lista de Abreviaturas Empregadas	хi
Prefácio	xiii
Apresentação da 1ª edição	xv ii
Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – Comentário ao Texto Constitucional nos Pontos em que Repercutirá Diretamente no Processo Penal	3
Capítulo 3 – Introdução à Principiologia do Processo Penal Brasileiro	43

3.1. Introdução

3.2. Proteção dos inocentes

3.3. Ampla defesa.....

3.4. Contraditório

3.5. Investigação da verdade

3.6. Tutela da liberdade pessoal

3.7. Imparcialidade do juiz

3.8. Juiz natural.....

3.9. Nemo judex sine actore

3.10. Acusação explícita.....

3.11. Obrigatoriedade

3.12. Mitigada disponibilidade.....

3.13. Ampla disponibilidade ou oportunidade.....

3.14. Comunhão das provas.....

3.15. Fidelidade textual.....

3.16. Oralidade

3.17. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos



45

48

49

52

59

61

64

66

68

69

72.

75

75

78

78

79

81

dododdo ololidiae o tostoliaida	
3.20. Congruência da condenação com a	
acusação	88
3.21. Presunção de inocência ou de não-cul-	
pabilidade	90
3.22. Nulla poena sine judicio	91
3.23. Livre convencimento motivado	91
3.24. In dúbio pro reo	93
3.25. Motivação decisória	93
3.26. Causa finita	95
3.27. Sucumbência	96
3.28. Duplo grau de jurisdição	97
3.29. Fungibilidade dos recursos	99
3.30. Consunção	99
3.31. Motivação recursal	100
3.32. Adequação recursal	102
3.33. Publicidade	105
3.34. Devido processo legal	106
3.35. Prejuízo	107

3.36. Convergência.....

3.37. Indivisibilidade da ação penal

Capítulo 4 - Democratização do Inquérito

4.2. Valor das provas do inquérito policial...

4.3. Mas, o que é prova?

4.4. Inspiração autoritária do Código

4.5. Inquisitoriedade imperante em todo procedimento preparatório.....

4.6. Tendências após a Constituição de 1988.

 A dispensa do inquérito policial no procedimento sumariíssimo da Lei nº 9.099.

Policial......4.1. Conceito de inquérito policial......

3.18. Direito de calar.....

3.19. Oralidade, objetividade e retrospectividade na tomada de declarações do 83

86

109

109

113

113

115

117

122

123

125

130



4.8. Sentido e alcance do art. 5º, inciso LV,	
da Lei Maior em vigor	134
4.9. Os anteprojetos de reforma setorial e o	
art. 431 do CPP italiano de 22.09.88	137
4.10. A busca da verdade e os direitos fun-	
damentais da pessoa humana, no pro-	
cocco penal condenatório	139

4.10. A busca da verdade e os direitos fun-	
damentais da pessoa humana, no pro-	
cesso penal condenatório	
4.11. Erros judiciários clamorosos frutos da	

cesso penal condenatório	139
4.11. Erros judiciários clamorosos frutos da	
inquisitoriedade	141
4.12. As provas inquisitoriais do procedimen-	
to preparatório e a soberania do Tribu-	

nal do Júri.....

148